



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PODER JUDICIÁRIO

XLII CONCURSO PARA INGRESSO NA  
MAGISTRATURA DE CARREIRA

# CADERNO DE PROVA

PROVA PRELIMINAR  
18/05/08

**XLII CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA  
DE CARREIRA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**TODAS AS RESPOSTAS DEVERÃO SER FUNDAMENTADAS, UTILIZADOS  
APENAS OS ESPAÇOS RESPECTIVOS**

**DIREITO CIVIL**

**1ª QUESTÃO (valor: 0,5 ponto):**

É possível que um menor, com 5 anos, vivendo com seus pais, desempregados, seja alvo de pedido de guarda por parte de sua avó paterna, pensionista, com proventos de cerca de R\$ 10.000,00, que com eles reside, sabendo-se que seu intuito é inscrevê-lo como dependente junto ao seu plano de saúde?

**2ª QUESTÃO (valor: 0,5 ponto):**

Quais as exceções à aplicação de "*exceptio non adimpleti contractus*"? Explique-as, sucintamente, quando for o caso.

**3ª QUESTÃO (valor: 0,5 ponto):**

O operário Luiz Genoíno da Silva fazia, diariamente, o trajeto entre sua casa, na Baixada Fluminense, e o local de trabalho, no centro da Capital. Em 04 de abril de 2006, quando o ônibus da Viação Antunes S.A. trafegava pela Linha Vermelha, ocorreu um tiroteio entre traficantes de cocaína. Um dos projéteis atingiu Luiz Genoíno e o matou, no interior do coletivo superlotado. Os dependentes do passageiro ajuizaram, em 18 de janeiro de 2008 ação contra a companhia pedindo reparação por danos materiais e morais. Os direitos pretendidos podem ser deferidos? Explique com objetividade. Fica dispensada a forma de sentença.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**1ª QUESTÃO (valor: 0,5 ponto):**

Um terreno na Barra da Tijuca, propriedade em condomínio de Antônio e José, foi ocupado por Carlos, com lastro em suposto título.

Como Antônio estava em Portugal, José intentou sozinho uma ação reivindicatória frente a Carlos, a qual, no entanto, foi julgada improcedente, cuja sentença transitou em julgado.

Ao chegar ao Brasil, Antônio propôs uma nova ação reivindicatória, mas o Juiz ao qual foi distribuída, conhecendo dos fatos, extinguiu, de ofício, o processo, com base no art. 267, V, do Código de Processo Civil.

A decisão do magistrado estava certa ou errada? Por que?

## **2ª QUESTÃO (valor: 0,5 ponto):**

Em que consistem a intervenção iussu iudicis e a denunciação da lide per saltum? Elas estão expressamente previstas no Código de Processo Civil?

## **3ª QUESTÃO (valor: 0,5 ponto):**

Juvenal moveu ação de reintegração de posse em face de Aristeu pelo fato de ele ocupar parte de uma área integrante de sua chácara.

Aristeu, citado, suscitou exceção de litispendência, haja vista que distribuira, anteriormente, ação de usucapião quanto à mesma área, ainda não julgada.

Juvenal, intimado, sustentou descaber na espécie a exceção, e não incidir tal instituto entre as referidas ações. Como Juiz (a) decida a questão.

## **DIREITO PENAL**

### **1ª QUESTÃO (valor: 0,5 ponto):**

João foi denunciado como incurso no art. 157, § 2º, I, do CP.

Instaurado o incidente de insanidade mental, o laudo constata que o réu é portador de doença mental de natureza psicótica, e ao tempo da ação era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Esclarecem os peritos que o réu necessita de medicação antipsicótica, devendo manter-se sob acompanhamento e tratamento psiquiátrico ambulatorial, não havendo necessidade de internação em hospital de custódia e tratamento.

A prova produzida demonstra a autoria.

Em alegações finais, o Ministério Público requer a absolvição, face a inimputabilidade, com a imposição da medida de segurança de internação, pois o crime praticado é punido com reclusão, a periculosidade é presumida, e o art. 97, do CP, constitui norma cogente.

A defesa sustenta que a medida deve ser o tratamento ambulatorial, como indica o laudo, e a Lei nº 10.216, de 06.04.2001 – que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial

em saúde mental – estabelece que “a internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes” (Art. 4º), e “a internação psiquiátrica somente será realizada mediante laudo médico circunstanciado que caracterize os seus motivos” (Art. 6º).

Fundamente a sua decisão, quanto a modalidade da medida de segurança a ser imposta, indicando a parte dispositiva da sentença.

## **2ª QUESTÃO (valor: 0,5 ponto):**

Objetivando livrar-se da incumbência de levar, mensalmente, o filho de 11 anos de idade, portador de deficiência mental, para ser submetido a tratamento ambulatorial, Souza, o pai, resolve matá-lo. Para consecução de seu plano criminoso, aproveita a ocasião de estar o filho dormindo no banco do carona, estaciona o veículo no acostamento de uma rodovia federal de intenso tráfego, logo depois de acentuada curva onde existe um suave declive, deixando-o em ponto morto, com o freio manual desativado e as portas trancadas, para que o mesmo pudesse descer e cair numa ribanceira altíssima sobre enormes pedras. Feito isso, Souza foi para um bar situado no lado oposto da pista simular a procura de um mecânico, pois na verdade o que queria realmente era ver o desfecho de seu plano. Ocorre, porém, que quando chegou ao bar e antes mesmo do carro descer o declive com o filho enfermo dentro, surgiu um outro veículo dirigido por Manuel, sem possuir carteira de habilitação, desenvolvendo velocidade excessiva para o local, fazendo ultrapassagem de uma carreta pela direita e trafegando no acostamento, culminando por atropelar e matar um pedestre, colidindo, em seguida, com o carro de Souza, ali estacionado, causando a morte instantânea do filho deste, que ainda dormia no banco do carona.

Dê a definição jurídica dos fatos, indicando o autor ou autores.

## **3ª QUESTÃO (valor: 0,5 ponto):**

“Fininho”, adolescente com 17 anos de idade, jardineiro de determinada residência, com passagens pelo Juízo da Infância e Adolescência por reiteradas práticas de infrações graves, sabedor de que seu patrão iria com a esposa para casa de parentes e só voltaria no dia seguinte, procurou o amigo alcunhado de “gordinho”, com 18 anos de idade, e tramou com ele a subtração de bens da residência do patrão, ficando estabelecido que a porta de entrada da casa deveria ser arrombada por “gordinho”, enquanto ele “Fininho” ficaria na casa vizinha cortando a grama do quintal para não levantar suspeita de seu envolvimento. “Gordinho” então foi à residência, arrombou a porta e passou a levar alguns aparelhos elétricos para o carro, estacionado na rua, mas quando saía do quarto do casal com o aparelho de TV deparou-se com o morador da residência, em quem desferiu violento golpe na

cabeça, causando-lhe a morte, fugindo, em seguida, levando os bens subtraídos para partilhar com o comparsa "Fininho".

Pergunta-se:

O ato infracional praticado por "Fininho" equipara-se a qual crime?

Qual a medida sócio-educativa que deve ser aplicada e o prazo de sua reavaliação?

Dê a classificação jurídica do fato criminoso praticado pelo imputável. Justifique.

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

### **1ª QUESTÃO (valor: 0,5 ponto):**

Em procedimento penal por delito de roubo, mediante violência física, através de um golpe tipo "gravata", o laudo pericial não atestou qualquer lesão na vítima. O Ministério Público pediu a condenação nos termos da denúncia, com base no depoimento da vítima, que confirmou o golpe sofrido, e nos depoimentos das testemunhas presenciais. A defesa pediu a desclassificação para furto. Decida, de forma sucinta, fundamentando.

### **2ª QUESTÃO (valor: 0,5 ponto):**

Verificada a inimputabilidade do réu, através de exame pericial realizado após o oferecimento do libelo e sua contrariedade, como deve proceder o Juiz-Presidente do Tribunal do Júri após conceder vista às partes, que nada requereram? Realiza ou não a sessão de julgamento, elaborando quesito específico? Em caso afirmativo, e levando em conta ainda que a defesa sustentou em plenário a tese de legítima defesa, qual deverá ser a ordem dos referidos quesitos? Justifique.

### **3ª QUESTÃO (valor: 0,5 ponto):**

O Ministério Público denunciou Álvaro pela prática do crime previsto no art. 121, § 2º, II, do Código Penal, e requereu sua prisão preventiva por conveniência da instrução criminal e para garantia da aplicação da lei penal, uma vez que o delito teria sido cometido há cinco anos e somente agora a Polícia localizou Álvaro, embora durante todo esse tempo ele tenha trabalhado comprovadamente no mesmo endereço. Pergunta-se: Como o candidato decidiria o pedido do "Parquet"?

## DIREITO CONSTITUCIONAL

### **1ª QUESTÃO (valor: 0,5 ponto):**

Quais as modalidades adotadas em nosso ordenamento jurídico de controle da Constitucionalidade da Lei? Justifique a resposta.

### **2ª QUESTÃO (valor: 0,5 ponto):**

A Declaração de Inconstitucionalidade de Lei Federal, pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça, tem eficácia *erga omnes*? Justifique a resposta.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

### **1ª QUESTÃO (valor: 0,5 ponto):**

Conceitue as figuras da servidão administrativa e da limitação administrativa, fornecendo exemplo de cada uma.

### **2ª QUESTÃO (valor: 0,5 ponto):**

Determinado bem imóvel é desapropriado para a realização de obra pública. Foi efetuado o pagamento da indenização e transferida a área expropriada para o Poder Público. Findo o Governo, o novo governante entendeu que a obra prevista seria muito onerosa e não deveria ser realizada. Por isso cancelou o projeto da obra, deixando, durante longo período, o imóvel abandonado. Responda, **justificadamente**: Pode o ex-proprietário buscar, judicialmente, em razão de tredestinação, reaver a propriedade do imóvel desapropriado?

## DIREITO EMPRESARIAL

### **1ª QUESTÃO (valor: 0,5 ponto):**

Orozimbo e Orozambo resolveram constituir uma sociedade empresarial sob a forma de responsabilidade limitada. Orozimbo deteve 51% do capital e Orozambo, o restante. Três anos depois, em razão de discordâncias, Orozambo resolveu se retirar

da sociedade, sem oposição de Orozimbo. Como manteve 51% do capital social, Orozimbo decidiu continuar com as atividades da sociedade pelo prazo em que Orozimbo permaneceria responsável pelas obrigações sociais, nos termos da lei.

- a) A sociedade pode continuar a funcionar assim? Por quanto tempo?
- b) Orozimbo permanece com alguma responsabilidade pelos atos e obrigações da sociedade?

## **2ª QUESTÃO (valor: 0,5 ponto):**

O incapaz pode ser empresário?

## **DIREITO TRIBUTÁRIO**

## **1ª QUESTÃO (valor: 0,5 ponto):**

Em 2005 e 2006, a empresa XYZ enfrentou dificuldades financeiras e ficou inadimplente com relação ao ICMS, sendo certo que declarou regularmente os valores devidos na GIA (Guia de Informação e Apuração do ICMS). Em 2007, já com sua situação financeira equilibrada e antes da instauração de qualquer procedimento administrativo de fiscalização, decidiu quitar suas obrigações tributárias.

Os valores devidos relativos ao exercício de 2005 foram objeto de parcelamento nos termos da legislação estadual vigente, e aqueles referentes a 2006 foram objeto de pagamento. Em ambos os casos o contribuinte não incluiu a multa no cálculo do montante devido.

Especificadamente com relação à multa, foi correto o procedimento do contribuinte?

## **2ª QUESTÃO (valor: 0,5 ponto):**

O Município do Rio de Janeiro editou lei reduzindo a alíquota do IPTU incidente sobre os imóveis de propriedade das sociedades de economia mista. Determinadas empresas do setor privado, entendendo que a norma seria anti-isonômica, propuseram medida judicial requerendo a aplicação da mesma alíquota para o pagamento do IPTU incidente sobre os imóveis de sua propriedade. Fundamentaram sua pretensão no disposto no § 2º do artigo 173 da Constituição Federal. Tem procedência o pedido dos contribuintes? Fundamente.